

## BOCA NO TROMBONE

✉ contato@junjiabe.com

... JUNJI ABE



## Somos todos brasileiros

**N**o Brasil de tanta diversidade e de invejável pluralidade de ideias, apregoar a existência de uma suposta luta do bem contra o mal é uma violência. A propagação da guerra de torcidas traz apenas dissabores aos contendores. Exceto por trôpegos (e insensatos) ganhos políticos, não há razão para estimular o antagonismo entre pobres e ricos, entre patrões e empregados, entre torcedores de times diferentes, entre negros e brancos, entre índios e produtores rurais, entre gente com opiniões divergentes.

Não são raras as notícias de assassinatos de produtores rurais por índios e vice-versa. A briga é por terras? Sim e não. O potente motor dos confrontos tem sido a difusão do concei-

to equivocado de que um é inimigo natural do outro. Assim, as partes não se entendem. Sequer, se permitem conversar. Sem diálogo, não há entendimento. Precisamos acabar com inverdades e contos da carochinha sobre a questão indígena. O setor agrícola não é um feudo comandado por coronéis interessados em sacrificar indígenas. Mas sim, é o resultado do suor de gente tão brasileira como os índios. A comunidade indígena, por sua vez, não pode ser largada nas terras, como se não fizesse parte do País, sem acesso à saúde, educação, segurança, enfim.

Enquanto os confrontos crescem, o governo é ineficaz na missão de conter os rompantes de ambos os lados. É sabido e provado que muitas organizações

empresariais de inúmeros países financiam entidades representativas dos indígenas para fomentar a animosidade com os produtores. Afinal, prejudicando o agronegócio brasileiro,



**Objetivo é promover amplos debates no País, com representatividade de indígenas”.**

tais corporações ficam livres do seu principal concorrente no mercado internacional.

Falo da questão indígena porque hoje, das 14 às 22 horas, estarei mediando a conferência paulista, no Auditório Paulo Kobayashi da Assembleia Legislativa de São Paulo, para discutir a PEC (Proposta de Emenda

à Constituição) 215/2000, que transfere do Executivo para o Congresso a prerrogativa de demarcar áreas indígenas. Sou o 3º vice-presidente da comissão especial encarregada de analisar a matéria.

O objetivo é promover amplos debates no País, com representatividade de indígenas – pública, privada e religiosa – e de produtores rurais, para colher subsídios necessários à emissão de parecer. Tenho plena convicção de que o diálogo conduz à conciliação. Basta que as comunidades se disponham a participar e que o governo não atrapalhe. Em que pesem nossas diferenças, somos todos brasileiros.

**Junji Abe**

É deputado federal pelo PSD-SP